

Conselho de Administração**DELIBERAÇÃO Nº 10/CA/2013**
de 30 de Agosto de 2013**Sentido Provável de Decisão sobre a Oferta de Referência do Acesso ao Lacete Local****ENQUADRAMENTO**

O Decreto-Legislativo n.º 7/2005, de 28 de Novembro, que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos conexos, liberalizou o mercado das comunicações eletrónicas em Cabo Verde e criou condições necessárias para a promoção da concorrência e a diversificação das ofertas de produtos e serviços, de forma a garantir aos utilizadores o máximo de benefício em termos de opção, preço e qualidade.

O respetivo diploma atribui competências à Agência Nacional das Comunicações (ANAC) para a definição dos mercados relevantes de produtos e serviços, declarar as empresas com poder de mercado significativo (PMS) e impor obrigações regulamentares específicas e adequadas para o funcionamento da concorrência no sector.

Neste sentido, através das Deliberações nº 05/CA/2010 e nº 01/CA/2011, a ANAC definiu os mercados relevantes e identificou as empresas com PMS no sector das comunicações electrónicas em Cabo Verde, após processo de consulta pública, nos termos do artigo 7º do citado DL nº7/2005.

A CVTelecom foi considerada como operador com poder de mercado significativo, declarada como OPMS, e foi devidamente notificada de uma série de obrigações a que passava a estar sujeito, conforme Deliberação nº 04/CA/2012 de 14 de Junho, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 50, de 03 de Agosto de 2012.

Ao abrigo do disposto no artigo 66º do supramencionado Decreto-Legislativo, sempre que um operador esteja sujeito à obrigação de oferta de acesso desagregado do lacete local, deve este publicar a respectiva oferta de referência de lacete local (ORALL), contendo os mínimos estabelecidos no referido artigo, sem prejuízo da ANAC determinar os elementos mínimos que devem constar das ofertas de referências, especificando, as informações exactas a disponibilizar, o nível de pormenor e o modo de publicitação.

Assim sendo e, de acordo com os artigos nº 63º a 71º do DL nº7/2005, em matéria de acesso ou interligação, e da oferta de referência de lacete local - ORALL, a CVTelecom na qualidade de OPMS passou a estar sujeita as obrigações no mercado grossista:

- a) Transparência na publicação de informações, incluindo propostas de referência;
- b) Não discriminação na oferta de acesso e interligação;
- c) Separação de contas;



- d) Dar resposta aos pedidos razoáveis de acesso;
- e) Controlo de preços e de contabilização de custos.

Para a materialização das medidas acima elencadas, a CVTelecom está obrigada a apresentar nos termos mínimos definidos em instruções específicas pela ANAC, as seguintes ofertas:

- Oferta de Referencia de Interligação com outros operadores
- Oferta de referência de circuitos alugados
- Oferta de acesso à banda larga
- Oferta de acesso desagregado de lacete local, partilha de condutas, edificios e postes

Na sequência, a ANAC através da Deliberação nº 10/CA/2011, impôs à CVTelecom a obrigação de elaborar uma proposta de oferta de acesso desagregado ao lacete local, em conformidade com os elementos mínimos definidos.

Recebida a proposta de oferta de referência de lacete local, ORALL da CVTelecom e, por se tratar de adopção de medidas com impacto no mercado e, após a sua apreciação por parte da ANAC, o proposta de ORALL foi submetida à consulta pública, dando aos interessados a possibilidade de se pronunciarem, no prazo fixado para o efeito, antes da deliberação final sobre o assunto.

Assim, considerando.

- i. A Deliberação nº 04/CA/2012 de 14 de Junho, que notificada a CVTelecom de uma série de obrigações a que passava a estar sujeita como OPMS;
- ii. A Deliberação nº 10/CA/2011 que determinou à CVTelecom a obrigação de elaborar a proposta de oferta de acesso desagregado ao de lacete local;
- iii. A proposta de oferta de referência apresentada CVTelecom;
- iv. O procedimento geral de consulta pública previsto no art. 7º do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro;
- v. O procedimento geral de consulta previsto na Deliberação 01/CA/2006, de 27 de Novembro;
- vi. A reacção da CVTelecom ao documento de consulta pública;
- vii. A reacção da T+ Telecomunicações ao documento de consulta pública.

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom right corner of the page.

O Conselho de Administração da ANAC, na persecução dos objetivos de regulação de promoção da concorrência na oferta de serviços de comunicações electrónicas e de defesa dos interesses dos utilizadores previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do art. 5º, o disposto nos números 63º, 64º, 65º, 66º, 67º, 68º, 69º, 71º e 74º, todos do Decreto-Legislativo nº 7/2005, de 28 de Novembro e, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela alínea a) do nº 1 do art. 11º dos Estatutos da ANAC, aprovado pelo Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, reunido nos dias de 30 de Julho de 2013 e de 30 de Agosto de 2013, delibera o seguinte:

1. Aprovar o relatório da Consulta Pública sobre a Oferta de Referência do Lacete Local (ORALL) da CVTelecom, anexo à presente Deliberação;
2. Remeter a aprovação dos preços do lacete local propostos pela CVTelecom e revistos em 22 de Agosto último, para data posterior e após a realização da auditoria ao modelo de custeio da CVTelecom e a certificação dos custos unitários dos serviços no ano de 2012.
3. Este Sentido Provável de Decisão deverá ser submetido a consulta prévia dos operadores, fixando o prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação da presente Deliberação, para a apresentação dos seus comentários.

Praia, aos 30 de Agosto de 2013

.....
/ David Gomes /
Presidente

A circular blue ink stamp of the ANAC (Agência Nacional das Comunicações) of Cabo Verde. The stamp contains the text "AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES" at the top, "ANAC" in the center, and "REPÚBLICA DE CABO VERDE" at the bottom. A blue ink signature is written over the stamp.